

EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA UNIVERSIDADE E DA NECESSIDADE DA SEMIÓTICA E DO PRAGMATISMO DE C. S. PEIRCE

LAURO FREDERICO BARBOSA DA SILVEIRA

Resumo: A proposta lançada por Peirce de , com a Semiótica , determinar como devem ser todos os signos para uma inteligência capaz de aprender com base na experiência e de, com a doutrina do Pragmatismo, determinar para qualquer conceito todos os efeitos práticos concebíveis que dele venham a decorrer, exige que se investigue qual o fundamento que a sustenta. A hipótese que tal fundamento se encontra em alguma instância transcendental tem se mostrado bastante atraente, pois faria avançar a proposição kantiana, fazendo com que esta viesse a adentrar no domínio semiótico. Ser semiótico, contudo, insere inexoravelmente o pensamento no domínio fenomênico e, *ipso facto*, exclui a possibilidade de se postular qualquer instância transcendental alcançável pela Razão que viesse predicar seus atos com a objetividade dele decorrente. O caráter originariamente abduutivo de toda representação e sua constante submissão à verificação experimental conferem à necessidade das proposições um caráter de prognóstico e não de um determinismo imposto às aparências. A determinação da conduta futura na busca eminentemente ética de seu objeto, consistindo na razão decisiva para a constituição da ciência, atribui à universalidade desta última um caráter evolutivo, em constante e assintótico crescimento, sendo atribuída de modo distributivo e não coletivo aos signos que representa, sendo, pois, somente verificável indutivamente em sua verdade no decorrer desta mesma evolução.

Abstract: The proposal launched by Peirce, with Semiotics, of determining how all signs the must be, for an intelligence able to learn based on experience and, by Pragmatism, determine for any concept all the

Lauro Frederico Barbosa da Silveira é Professor Doutor do Departamento de Filosofia da UNESP – Marília.

conceivable practical effects that can be originated from it, demands a search about its main ground principle. The hypothesis that such fundament resides in a transcendental sphere is quite attractive because it promotes the Kantian proposition, pushing it to the semiotics' domain. However, to be semiotic, without any doubt throws thought to the phenomenic domain and, ipso facto, excludes the possibility of establishing any transcendental instance that might be reached by Reason that could predicate its acts with the thought objectivity. The original abductive character of all representation and its constant submission to an experimental verification gives, to the propositions necessity, a prognostic profile, instead of a determinism that could be imposed to the appearances. The determination of a future conduct in its highly ethical search for its object', attributes to the universality of this science an evolutionary character consisting in a clear reason to constitute science, imputes an evolutionary asymptotic growth character to this same science, in a permanent and asymptotic growth, being related to the things it represents in a distributive and non collective way, and being inductively verified in its truth conditions.

A proposição feita por Peirce de investir na construção da Semiótica como uma ciência genuinamente geral mas intrinsecamente falível que tenha como meta determinar como *devem ser* todos os signos para uma inteligência capaz de aprender com base na experiência (Cf. Peirce (1974) v. 2. # 227), considerada a audácia por ele assumida, leva-nos a investigar com a máxima cautela no que se basearia para não ser declarada desde início impossível e, portanto, insuportavelmente ingênua ou presunçosa.

Não menos surpreendente, se pensarmos bem, é a proposta central do Pragmatismo – ou como a partir daquele momento Peirce passaria a denominar, Pragmaticismo – de desenvolver-se como um método de investigação a partir da afirmação que

uma *concepção*, isto é, o teor racional de uma palavra ou outra expressão reside, exclusivamente, em sua concebível influência sobre a conduta da vida; de modo que, como obviamente nada que não pudesse resultar de um experimento pode exercer influência direta sobre a conduta, se se puder definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou a negação de um conceito poderia implicar, ter-se-á uma definição completa de um conceito, e *nele não há absolutamente nada mais* (Peirce (1974) v. 5. # 412).

Não é certamente por um puro acaso que estudiosos do pensamento de Peirce e sinceros simpatizantes de sua filosofia, como é o caso sobretudo de Karl-Otto Apel, procuram inserir a este pensamento e a esta filosofia no caudal do idealismo transcendental e vê-los, mesmo, aprimorar o posicionamento kantiano, sem ter que recorrer à dialética totalizante de Hegel ou de Marx (Cf. Apel (1981) pág. 146-147; (1985) v.2 págs. 315-318, 331-339, 384; (1986) págs. 28-49; (1988) págs. 28-49).

O *Eu penso*, como unidade originária da apercepção, garantia à *Crítica* kantiana representar a priori o domínio completo da Razão tanto em sua função teórica quanto em sua função prática, permitindo que daí se deduzisse todas as formas possíveis de representação da Realidade, aplicassem elas ao conhecimento possível ou exclusivamente ao puro pensamento.

A espessura da trama da linguagem, ou mais precisamente, a espessura de toda e qualquer semiose não era, contudo, levada em conta pelo pensamento clássico, inclusive pelo pensamento kantiano.

O solipsismo do *Eu penso* mesmo em sua forma mitigada, com a necessária inclusão do Objeto como correlato de todo ato de pensar (Kant (1985) pág. 243-236), pela qual exatamente seria possível distinguir uma realização fenomênica, mesmo que pura, deste pensamento e uma realização ao nível da pura idéia, pareceu ser superável com base na dialogia do pensamento como semiose.

Constituindo-se num diálogo, o pensamento não encontraria mais no *Eu penso* a sustentação original de sua transcendentalidade e objetividade, pois momento de sua efetivação não se encontraria mais um *Eu* solipsista mas um *nós* dialogante.

Na crença verdadeira da comunidade futura daqueles que investigam a verdade no contexto mesmo da comunicação universal, ou seja, do diálogo em sua máxima extensão e, conseqüentemente, num constante porvir, encontrar-se-ia aquela instância transcendental, capaz de conferir por antecipação objetividade a toda semiose que ao longo do tempo vai se efetivando.

A interpretação transcendentalista da proposta peirceana encontra à sua escolha vários textos peirceanos que parecem confirmá-la, já que neles faz-se freqüente a referência à crença da comunidade futura do investigadores como o alcance da verdade última de um conhecimento.

A via transcendentalista, contudo, contraria aspectos fundamentais da Semiótica e do Pragmaticismo que não podem ser por ela assumidos e, muito menos, esquecidos. O caráter essencialmente semiótico conferido por Peirce ao pensamento insere a este último inexoravelmente no domínio fenomênico, a não ser que a investigação escolhesse o impasse insuperável

como destino e abandonasse, por isto mesmo, a esperança de uma crença compartilhada pela comunidade futura e mesmo se sentisse compelida a postular o incognoscível como sustentação da objetividade do conhecimento, praticando, como afirma Peirce, um imperdoável suicídio (Peirce (1974) v.1. # 405; v.5. ## 265-310,452; (1958) v. 8. # 43).

Tomar o pensamento como objeto de investigação, exige reconhecê-lo mediado por signos; distinto, portanto, de seu objeto e portanto evolutivo, imperfeito e submisso ao regime falível das aparências. A Razão, compartilhando da natureza deste pensamento, é por si mesma temporal, em contínuo desenvolvimento, crescendo na medida mesma em que interpreta os signos que lhe representam o objeto procurado. Não lhe pode pois ser atribuída aquela capacidade espontânea e, por isto mesmo, imediata de conferir objetividade às suas representações.

Mesmo num futuro, quando, na pessoa de uma comunidade, sua crença não pudesse mais ser abalada por alguma experiência que a fizesse duvidar e avançar sua investigação, a verdade alcançada continuaria falível porque mediada semioticamente (Cf. Silveira (1988) pág. 23-30).

Não há, pois, como atribuir à Razão, como semiose, e que, portanto, para ser necessita experimentar-se, a transcendentalidade tão bem definida e tão bem investigada por Kant.

Reconhecer na mediação dos signos, o caráter falível e perfectível do pensamento e da Razão, atende ao fato de Peirce negar à Semiótica um caráter de estrita necessidade, embora a ela reconheça um estatuto genuinamente formal.

Com efeito, embora a Semiótica procure deduzir rigorosamente todas as suas propriedades pelo desdobramento de uma forma diagramática, não poderia pretender a infalibilidade, pois, tendo por objeto os signos pelos quais crescem as inteligências ao interagirem num universo das aparências, deverá observá-los eles mesmos enquanto aparências.

Somente a Matemática, ciência puramente formal, cujo objeto não se distingue das próprias idéias que ao construí-lo o representam, poderia pretender-se estritamente necessária. Isto, contudo, ela consegue pagando o preço da mais alta abstração, já que realizada fenomenologicamente, por mentes essencialmente semióticas, deve reter-se na consideração das simples idéias. (Cf. Silveira (1994) pág. 53-67).

Este mesmo caráter falível e perfectível do pensamento e da Razão vêm atender à inapelável exigência de desenvolver, com o Pragmaticismo, um método e, conseqüentemente, um trabalho ao longo do tempo para que se alcance o significado pleno de um conceito.

Peirce reafirma freqüentemente ao longo de sua obra o papel imprescindível da experiência para que tenha lugar o pensamento. Deste modo, afirmará em sua correspondência com Lady Victoria Welby ser “a experiência aquilo que o curso da vida me compeliu a pensar” (Peirce (1958) v.8. # 330) e na definição da proposta pragmaticista irá dizer a respeito da conduta racional, ou seja, do pensamento num contexto fenomenológico, que “obviamente nada que não possa resultar do experimento pode ter qualquer efeito direto sobre ela”.

E se, por acaso, estas considerações pudessem ser interpretadas à luz da célebre afirmação kantiana de que “todo o conhecimento começa com a experiência embora nem todo dela dependa” (Kant (1985) pág. 36), abrindo com isto um caminho para que se explorasse o caráter a priori e transcendental do conhecimento, e mais amplamente, de todo o pensamento, a própria tarefa de que o Pragmaticismo se encarrega prontamente dele se afasta.

Segue-se que a definição completa de um conceito será preenchida pela representação de fenômenos experimentais, jamais se propondo uma possível representação que transcendesse o âmbito da experiência possível. Se alguma dúvida sobrasse, poucas linhas abaixo, justifica-se à teoria proposta o nome de pragmatismo ou de pragmaticismo e não de praticalismo para que não se confunda com a proposta kantiana, deixando claro que esta última “pertence a uma região do pensamento onde nenhuma mente de tipo experimentalista pode sentir-se segura do chão que têm sob seus pés”, enquanto que a teoria agora apresentada expressa a relação com algum propósito humano definido e reconhece “uma inseparável conexão entre o conhecimento e o propósito racionais”.

Para o Pragmatismo, pode-se pois concluir, o próprio fim último, que para Kant transcendia necessariamente o domínio fenomênico, nele plenamente se insere.

Excluída a interpretação transcendentalista da Semiótica e do Pragmaticismo, permanece em aberto a natureza do fundamento da pretensa universalidade e necessidade da Semiótica e do Pragmaticismo. A fim de evitar qualquer precipitação decorrente de se concluir de imediato pelo caráter ilusório da proposta peirceana de representar pela Semiótica como *devem ser todos os signos* para uma inteligência capaz de aprender com base na experiência ou de, pelo Pragmaticismo, definir um conceito pela representação de *todos os fenômenos concebíveis* decorrentes de sua afirmação ou negação, mais prudente será verificar que significado assume no pensamento de Peirce os próprios conceitos de universalidade

e de necessidade quando aplicados aos objetos daquela ciência e daquele método.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que todo conhecimento científico para Peirce inaugura-se com o levantamento de uma hipótese a cerca de fenômenos que nos chamam a atenção e despertam nosso interesse.

A ciência não supõe em sua origem uma evidência somente alcançável por uma privilegiada intuição. Seu início decorre de um argumento originário, cujos pressupostos são hábitos anteriores de conduta e cujo fator desencadeante é uma experiência que, resistindo às representações habituais, desestabiliza a razão e dela exige que assuma o risco de propor uma nova representação.

Esta representação, caso seja verificável experimentalmente em suas conseqüências, é capaz de determinar a conduta de maneira eminentemente falível mas racionalmente controlável, tendo em vista alcançar no futuro a classe de fenômenos representados, pela interação com exemplares desta classe, semelhantes àquele que desencadeou o processo investigativo.

A esta classe originária de argumentos, Peirce denomina Abdução ou, por vezes, Retrodução.

O caráter hipotético acompanha a ciência em todos os seus momentos. A força explicativa da hipótese inicial não será superada ao longo de todo o trabalho de investigação. Da hipótese, decorrerão dedutivamente e sob forma diagramática as conseqüências verificáveis pela experiência posterior. A verificação da verdade da hipótese será, pois, obtida indutivamente, por sua submissão ao longo do tempo, ao teste da experiência; enquanto que sua necessidade lógica decorrerá da correta dedução das relações representadas na forma do diagrama.

A tarefa que o Pragmaticismo se propõe realizar é a de se proceder metodicamente nesta forma de construção teórica, mostrando como só ela traduz conceitos abstratos como Verdade e Falsidade em procedimentos verificáveis experimentalmente, sem reduzir todo conhecimento a um processo psicológico particular.

A Semiótica, por sua vez, assumirá para si este modelo de ciência. Cabe-lhe observar os signos produzidos no universo fenomênico. Por abstração, construir um diagrama que seja capaz de dar conta de como *devem ser* os signos que pertençam àquele universo. Deduzem-se as classes de signos permitidas pela representação diagramática no âmbito irrestrito das aparências, das quais as categorias fenomenológicas representam os elementos mínimos irreduzíveis uns aos outros. Cabe-lhe, finalmente, ao

longo do tempo, verificar sua verdade na pertinência das representações obtidas nas mais diversas manifestações semióticas.

Dever ser, numa expressão como esta, não supre por alguma imposição a priori sobre a classe de fenômenos estudados mas constitui-se num prognóstico a ser verificado em sua capacidade representativa ao longo do tempo e numa tarefa de si interminável, já que a qualquer momento poderá ser contestada pelos fatos.

Estender-se a todos os signos o que é representado da Semiótica, antes de mais nada significa uma não exclusão a priori de qualquer classe de signos como objeto da representação. Se a verificação da verdade da tese só é alcançável indutivamente num processo temporal infinito, só cabe logicamente atribuir à quantificação universal da classe dos signos um sentido distributivo e não coletivo. Consideram-se, pois, os componentes da classe de signos tomados um a um, não pondo em jogo a classe integralmente considerada.

Não pretende a Semiótica representar transcendentalmente a classe dos signos, submetendo a si a priori a representação de sua natureza. No universo fenomênico, insiste Peirce, a universalidade da atribuição de um conceito só deve ser entendida de modo distributivo, cabendo à verificação indutiva estabelecer não a verdade ou a falsidade pura e simples dos conceitos, mas a razão de freqüência com que ele adequadamente representa, através de uma amostra e ao longo do tempo, uma determinada classe de fenômenos.

Considerações muito semelhantes devem ser feitas a respeito da universalidade intencionada na constituição do Pragmaticismo.

Alcançar a definição completa do conceito somente é realizável *in futuro* e constitui-se numa tarefa exclusiva da comunidade científica cuja formação se dá num processo contínuo ao longo do tempo.

A *concepção* que o Pragmaticismo se propõe normatizar, embora conserve o caráter de prenúncio de um hábito de conduta futuro, não somente neste futuro encontrará a verificação de sua verdade, mas também irá se constituindo ao longo do tempo pela interpretação que a comunidade irá fazendo de sua experiência mediatizada pelo conceito. A este, sempre a comunidade encontrará carregado de significado, na representação que faz do objeto, fruto que é de toda a tradição anterior de busca da Verdade. Por isto mesmo, a comunidade o encontrará *in fieri*, cabendo-lhe criticá-lo à luz de sua própria experiência, enriquecê-lo e renová-lo na medida mesmo em que o interpreta.

O conceito, embora represente o objeto como um signo de lei e consequentemente como um universal, permanece um signo de possibi-

lidade. Cabe-lhe fazer avançar o conhecimento ao mesmo tempo em que testemunha este avanço.

A efetivação deste avanço, todavia, depende do experimento já que seu destinatário é a conduta racional que motivada pelo desejo do objeto, ao encontro do qual é movida como ao seu fim último, constante e continuamente avalia sua adequação a este fim, e cresce ela mesma em sua capacidade de dirigir-se consciente e auto-controladamente ao objeto que deseja.

Como o objeto procurado é, neste caso, uma classe de si infinita na ordem do ser, sendo esta a única dimensão adequada ao fim último de um Espírito, o próprio conceito para Peirce é produzido intransferivelmente por este Espírito, por ocasião de lhe ser apresentada na réplica sensível do signo uma imagem mental por ele culturalmente decodificável numa genuína experiência, o Espírito nada mais sendo do que este próprio universo de signos (Cf. Peirce (1974) v.2. # 261).

Dotado de estrita universalidade e generalidade, o conceito em sua formação e desenvolvimento pertence ao domínio dos fenômenos, desenvolvendo-se e diversificando-se no tempo, evolutivamente.

Representando cada vez mais aperfeiçoadamente o objeto a que se refere, o conceito somente apresentará como seu atributo uma universalidade pretendida de caráter distributivo na representação dos efeitos práticos concebíveis que sua afirmação ou negação podem produzir.

A necessidade atribuível ao conceito é estrita e tão somente de natureza formal, dada a forma diagramática que se encontra em sua origem. Trabalhar o conceito, observando os resultados que dele pode-se tirar, confere a estes a mesma necessidade de que é dotado, por abdução, o diagrama original. O diagrama, no entanto, durante todo seu desenvolvimento refere-se ao objeto que representa, e é por ele testado indutivamente. Sua verdade, conseqüentemente, vai sendo alcançada pouco a pouco, e até mesmo assintoticamente, em regime de insuperável falibilidade.

O Pragmaticismo, com efeito, insere-se na filosofia peirceana como uma manifestação específica de semiose. De um lado a Semiótica como ciência mais geral, deve ser capaz de representá-lo através de suas construções diagramáticas; por outro, deve ela mesma seguir seus ditames metodológicos na construção progressivamente aperfeiçoada de seus conceitos. Em sua efetivação, Semiótica e Pragmaticismo supõem ainda a representação da realidade que os constitui como conduta racional num universo fenomênico em busca do Bem como seu fim último nos objetos que desejam. Esta realidade, para não os tornar discursos vazios ou meras ilusões, deve assumir uma natureza ela mesma evolutiva e inteligível, que só será possível ao se conceber o real como um contínuo em constante crescimento. À esta concepção, Peirce denominou Sinequismo.

Recorrendo aos conceitos peirceanos representativos dos correlatos que diagramaticamente constituem o signo esta íntima relação entre Pragmatismo e Semiótica, fundamentada na teoria do Sinequismo apresenta-se claramente em um recente artigo de Ivo Assad Ibri (Ibri (1998): pág. 152):

... vale assinalar que a relação mais íntima entre o Pragmatismo e a Semiótica passa por esta discussão sobre o conceito de *significado* em que o Sinequismo desempenha papel mediador, uma vez que o *continuum* dos interpretantes, na conhecida tríade *signo-objeto-interpretante*, tem por correlato esta correspondência *geral-geral* entre conceito e significação que deve ter um vetor de continuidade face à não admissão, pelo autor, de teorias finais que encerrem representações últimas e acabadas sobre objetos submetidos a processo de cognição. O abandono de *finalismos* e *determinismos* é compensado pelas idéias de *crecimento* e *aperfeiçoamento*, assumidamente à luz de uma filosofia evolucionista e teleológica, na qual todas as representações são geneticamente falíveis, mas passíveis, sempre, de auto-corretividade em processos de longo termo (*long run*).

Universalidade e necessidade, portanto, significam para a Semiótica e o Pragmatismo predicados atribuíveis a um pensamento intrinsecamente falível e aperfeiçoável. Não se submetem aos parâmetros da transcendentalidade, não indicando em direção a qualquer instância que se localize fora e além do âmbito dos fenômenos. Referem-se constante e exclusivamente à conduta que representa ao longo do tempo, o objeto que lhe atraiu a admiração e que é procurado como seu bem.

O objeto da ciência não sendo a Natureza ou o Ser, mas a conduta racional, a necessidade de que é dotado o conceito é aquela de uma forma originária que a Razão propõe-se com alta taxa de risco, para representar o objeto desejado.

A universalidade pretendida, embora predique um conceito geral em sua extensividade, almeja, como já foi visto, antes de tudo não excluir a priori qualquer integrante da classe do fenômeno representado da representação efetuada pelo conceito.

Esta universalidade assume, por outro lado, um caráter distributivo, já que o conceito constitui-se num programa de conduta, submisso à temporalidade, à falibilidade e ao aperfeiçoamento inerentes a esta última. Não opondo qualquer restrição aos objetos representados, jamais garantirá a uma ciência efetivamente geral uma prova exaustiva de sua verdade; estará, ao contrário, sempre aberta à verificação indutiva de sua capacidade preditiva e explicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APEL, KARL-OTTO. *La Transformación de la Filosofía*. vol. 2. Madrid. Taurus, 1985.
- _____. *From Pragmatism to Pragmaticism*. Amherst. Univ. of Massachusetts Press, 1981.
- _____. "Fondement de la Philosophie Pragmatique du Language dans la Sémiotique Transcendentale". *Cruzeiro Semiótico* 8. Janeiro de 1988, págs. 28-49.
- _____. "Le Problème de l'Evidence Phénoménologique à la Lumière de la Sémiotique Transcendentale". *Critique* 42. (464/469), 1986, págs. 79-113.
- IBRI, IVO ASSAD. "Pragmatismo e Técnica". *HYPNOS* 4, 1998, págs. 149-155.
- KANT, IMMANUEL. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa. Calouste Gulbenkian, 1985.
- PEIRCE, CHARLES S. *Collected Papers of Charles S. Peirce*. v. 1-6. Cambridge, MA. Belknap Press of Harvard University, 1934/1974.
- _____. *Collected Papers of Charles S. Peirce*. v. 7-8. Cambridge, MA. Harvard Univ. Press, 1958.
- SILVEIRA, LAURO F.B. da. *O Caráter Dialógico e Social do Signo e do Pensamento em Peirce. Trans/formação 11*, 1988, págs. 23-30.
- _____. "Peirce e a Matemática". *BOLEMA* 3. 1994. págs. 53-66.